



Em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo senador Acir Gurgacz (C), participantes questionam ênfase na vertente ambiental do novo código

Código Florestal volta a dividir opiniões de debatedores no Senado 4

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.500 – Brasília, segunda-feira, 15 de agosto de 2011



José Cruz/Senado Federal

Simon lembra que Dilma vem sofrendo pressões dentro de sua própria base de apoio parlamentar

Senadores dão apoio a Dilma em medidas anticorrupção

Sucessão de discursos pretende fortalecer posição da presidente diante das seguidas denúncias de irregularidades no governo

Pelo menos nove senadores haviam confirmado, até a tarde de sexta-feira, a participação em movimento, lançado por Pedro Simon, para que uma sucessão de discursos hoje garanta apoio às ações da presidente Dilma Rousseff no combate à corrupção. Os nomes são todos de partidos que integram a base aliada, de onde, segundo Simon, estariam surgindo pressões contra a postura de Dilma. Na própria sexta, Cristovam Buarque, Mozarildo Cavalcanti e Marcelo Crivella trataram do tema. 3



José Cruz/Senado Federal

Para Crivella, crise política deve ser evitada sob pena de causar sofrimento desnecessário à população



Ceratti/Allegretti/Senado Federal

Mozarildo: "O uso privado da máquina pública é uma prática que não tem sido combatida nos últimos anos"



José Cruz/Senado Federal

Presidente tem chance de criar "base política sólida, assentada em ideias e projetos", afirma Cristovam

Novo rito para as MPs terá prioridade na votação 2

Senado vota amanhã ampliação do Simples 2

Senador quer benefício para quem opta por energia limpa 4

Luiz Henrique Torres



Homenagem à emancipação de Juazeiro do Norte

Por iniciativa de Inácio Arruda, os senadores comemoram amanhã o centenário da emancipação do município cearense. 4

Estátua de Padre Cícero, que mobiliza milhares deromeiros e tornou Juazeiro do Norte um dos maiores centros de religiosidade popular da América Latina

Conforme disse o presidente do Senado, José Sarney, na quarta-feira passada, proposta de mudança constitucional será primeiro item da pauta

Senado vota amanhã mudança no rito das MPs

PODE CHEGAR AO fim, amanhã, o debate da proposta que muda o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs) no Congresso Nacional. Na quarta-feira passada, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu abrir a votação dando prioridade à proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11).

A PEC das MPs chegou a ser mencionada no Plenário na quarta-feira, mas por falta de quórum sua votação precisou ser adiada. Aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em texto elaborado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG), a proposta obteve acordo entre os partidos. As lideranças dispensaram o interstício de cinco sessões de discussão previstas

na Constituição federal para votação do Plenário.

TV a cabo

Outro item da pauta, de acordo com Sarney, deverá ser o projeto de lei da Câmara (PLC 116/10) que abre o mercado de TV a cabo às empresas de telecomunicações, como as operadoras de telefonia, e introduz sistema de cotas para a produção audiovisual regional e nacional nesse mercado. A votação estava empenhada desde que Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ao governo federal pedido de informações sobre o projeto antes de votá-lo. Segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), as respostas foram encaminhadas a Alvaro na quinta-feira.



Relatório de Aécio Neves a projeto de José Sarney foi aprovado na semana passada pela CCJ

Análise sobre novas áreas para o Simples também está na pauta

O projeto que amplia as atividades empresariais aptas a participar do Simples Nacional está na pauta do Plenário do Senado, que se reúne em sessão deliberativa amanhã.

O PLS 467/08 – Complementar inclui mais 13 áreas de atividades na atual legislação (veja quadro abaixo) do Simples Nacional, regime tributário diferenciado e simplificado que visa favorecer as microempresas e empresas de pequeno porte.

De acordo com a Lei Complementar 123/06, microempresa é aquela que obtém, a cada ano, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240 mil. Já a empresa de pequeno porte deve ter receita bruta anual superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

A principal restrição ao ingresso de empresas no Simples Nacional está no artigo 17 dessa legislação, que veda a partici-

pação de empresas prestadoras de serviços decorrentes de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural. Esse artigo proíbe também a utilização do regime tributário diferenciado às empresas que prestam serviços de instrutor, corretor, despachante ou qualquer tipo de intermediação de negócios.

Segundo a autora do projeto, a então senadora Ideli Salvatti, só deve haver distinção entre as empresas com relação ao faturamento ou receita bruta e não quanto à mera natureza da atividade profissional.

Ideli ressaltou, no entanto, que algumas atividades de interesse público, como a financeira e a de fornecimento de energia elétrica, devem continuar excluídas do regime diferenciado estabelecido pelo Simples. O projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Atividades incluídas

- ▶ Medicina
- ▶ Medicina veterinária
- ▶ Odontologia
- ▶ Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia e clínicas de nutrição
- ▶ Fisioterapia
- ▶ Advocacia
- ▶ Serviços de comissariado, de despachantes e de tradução
- ▶ Arquitetura, engenharia, medição, testes, desenho e agronomia
- ▶ Corretagem de seguros
- ▶ Representação comercial
- ▶ Perícia, leilão e avaliação
- ▶ Auditoria e consultoria
- ▶ Jornalismo e publicidade



Foto: Stock/XCHING

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Corretores de imóveis

11h Sessão especial em homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

Previdência Aviso prévio

9h Regulamentação do aviso prévio proporcional em debate na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

CRE Domínio econômico

18h "Espaços econômicos internacionais – Nafta, União Europeia e áreas de influência da China e do Japão" é tema do ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira da Comissão de Relações Exteriores.

Fiscal Pagamentos

18h A Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal analisa relatórios – balanços de pagamentos, política fiscal e balança comercial – de janeiro a junho de 2011.

Terça-feira

Plenário Juazeiro do Norte

14h Os senadores homenageiam a emancipação de Juazeiro do Norte (CE).

CMA/CCT/CRA Código Florestal

8h30 O deputado Aldo Rebelo participa de audiência pública conjunta que reúne três comissões. Ele vai falar sobre as mudanças no Código Florestal.

CI Ministro dos Transportes

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura ouve o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, sobre denúncias de irregularidades na pasta.

Amazônia Faixa de fronteira

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira debate o assunto com o gerente do Programa Calha Norte, Roberto Dantas, entre outros.

CAE Participação nos lucros

10h Projeto que permite aos trabalhadores terem participação nos lucros das empresas consta da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

CE Transporte escolar

11h Estudantes com deficiência e alunos da educação especial estão incluídos entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

CDR Vítimas de enchentes

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota prioridade pública para quem perdeu imóvel residencial em razão de enchentes e alagamentos.

Quarta-feira

CCT Embalagem de bebidas

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia vota projeto que determina a inclusão de mensagens de advertência em embalagens e rótulos de bebidas alcoólicas.

CAS Jornada de trabalho

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que estabelece pagamento de salário mínimo ao trabalhador que cumprir jornada inferior a oito horas diárias.

CCJ DNA de condenados

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota projeto que determina a identificação genética de condenados por crime violento ou hediondo.

Quinta-feira

Deficiência Acessibilidade

10h A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais discute acessibilidade nas comunicações.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao | Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Marcelo Crivella • Pedro Simon

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burtle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Parlamentar gaúcho e outros oito senadores, todos de partidos da base aliada, já garantiram participação, na sessão de hoje, do movimento de suporte à presidente Dilma Rousseff em sua promessa de ação moralizadora no governo

Simon articula sucessão de discursos de apoio à "faxina ética" no Executivo

NOVE SENADORES JÁ se inscreveram para falar na sessão plenária de hoje em apoio às ações da presidente Dilma Rousseff no combate à corrupção. A informação é de Pedro Simon (PMDB-RS), que está à frente do que chamou de movimento de suporte à chefe do Executivo, que estaria às voltas com pressões em sua própria base parlamentar contra uma ação moralizadora.

Além de Simon, estão inscritos Cristovam Buarque (PDT-DF), Ana Amélia (PP-RS), Paulo Paim (PT-RS), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Pedro Taques (PDT-MT), Wilson Santiago (PMDB-PB), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Eduardo Braga (PMDB-AM). Conforme a assessoria do parlamentar gaúcho, ele conta ainda com Luiz Henrique (PMDB-SC), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Roberto Requião (PMDB-PR), entre outros.

– Vamos demonstrar ao Brasil o pensamento de uma grande maioria do Senado em relação à hora que estamos vivendo. A tese é dar força à presidente para que ela faça um governo com integridade moral e ética. Vários parlamentares virão aqui dizer o seguinte: presidente, conte conosco – assegurou Simon, ao encerrar a sessão da sexta.

Incluído entre os senadores considerados independentes, apesar de o PDT fazer parte da base aliada, Cristovam garantiu sua participação.

– Logo que [Simon] me convidou para a segunda-feira,



Simon conversa com Crivella (D), um dos oito que aderiram ao movimento

inscrevi-me imediatamente, porque quero estar nesse grupo – assegurou.

Prós e contras

Simon explicou que não se trata de apoio programático a Dilma Rousseff. De acordo com o parlamentar, há entre senadores simpáticos à "faxina" promovida pela presidente quem é a favor e quem é contra o programa do governo. E não se trata, igualmente, acrescentou Simon, de "apoio unânime no sentido de que ela não tenha cometido equívocos".

Entre os possíveis erros de Dilma, estaria a maneira autoritária de tratar os integrantes do governo e parlamentares. A presidente deveria ter "mais jogo de cintura", no entender de Pedro Simon.

Ele acredita que, ainda assim, não se justificariam eventuais movimentos dentro do Congresso contra a presidente da

República, inclusive com ameaças de votar projetos capazes de complicar a vida do Executivo ou de impedir a aprovação de matérias importantes.

– Seria uma pressão do Congresso para que a presidente saia dessa linha de seriedade – avaliou o senador do PMDB.

Simon relatou ainda o resultado de contatos que tem mantido com dirigentes de instituições da sociedade:

– A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e várias outras entidades estão fazendo um movimento nacional no sentido da seriedade e da responsabilidade. Não vai ser nem aqui, dentro do Congresso, nem na Justiça, muito menos no Executivo que vão nascer as formas para se encaminhar isso. Que venha o povo, que ele nos pressione, que ele nos coloque contra a parede – disse o senador.

"Limpeza" tem de continuar, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) apontou que o movimento de apoio ao esforço anticorrupção da presidente da República, Dilma Rousseff, foi iniciado por Cristovam Buarque (PDT-DF) em julho. Na época, o senador previu que Dilma teria necessidade de mais sustentação no Congresso para reagir às denúncias de corrupção no governo e precisaria contar com os senadores "independentes".

– A presidente Dilma vem mexendo com interesses sensíveis da sua base de apoio e, embora eu seja uma senadora independente dentro de um partido da base, acredito que essa é uma hora de dar a ela o suporte político necessário.

Ana Amélia nega que o movimento tenha o objetivo de pressionar a presidente.

– De maneira nenhuma. Não é pressão, é justamente "empoderamento" para ela fazer o que precisa. Ela precisa de apoio para continuar essa limpeza ética, dedetização, faxina ou seja lá que nome se queira dar.

Sobre discurso que fará na segunda-feira, ela antecipou que dará "respaldo político à presidente Dilma e uma sustentação a essas ações que ela está fazendo de moralização do serviço público".

Cyro elogia programa Bolsa Futuro em Goiás

Cyro Miranda (PSDB-GO) saudou o lançamento, pelo governo de Goiás, do programa Bolsa Futuro, que pretende qualificar 500 mil trabalhadores até 2014.



Cyro Miranda

O parlamentar elogiou a iniciativa do governador do estado, Marconi Perillo. O programa, segundo afirmou, será um importante mecanismo de inclusão social, preparando mão de obra para o mercado de trabalho e tornando-se gerador de emprego e renda.

– O programa já começa sendo reconhecido como o mais abrangente do Brasil e reforça o espírito pioneiro e modernizador do governo de Goiás – afirmou Cyro Miranda.

Gurgacz apoia internação para combater o crack

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a internação compulsória de dependentes de crack como parte de medidas de tratamento e reinserção social. O parlamentar apoiou artigo do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, publicado semana passada na *Folha de S.Paulo*.

O senador assinalou, porém, que a medida deve envolver profissionais de saúde e assistência social, após avaliação individual do dependente. Ele observou que a internação é recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Gurgacz destacou o impasse de se esperar que os dependentes busquem tratamento por vontade própria, quando já não possuem discernimento para a iniciativa.

Audiência debate hoje aviso prévio proporcional

A regulamentação do aviso prévio proporcional será discutida hoje, a partir das 9h, em audiência na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O presidente da subcomissão, Paulo Paim, é autor de projeto de lei (PLS 112/09) que prevê 30 dias de aviso prévio para quem está há menos de um ano na mesma empresa e 60 dias para quem está há mais de um ano e menos de cinco anos.

A proposta aumenta ainda mais 30 dias a cada cinco anos trabalhados, até atingir 180 dias. O senador argumenta que países como Argentina, Paraguai e Venezuela já regulamentaram o aviso prévio considerando o tempo de serviço.

Mozarildo pede combate à corrupção em Roraima



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu, em discurso, à presidente Dilma Rousseff que organize uma força-tarefa para combater a corrupção em Roraima. De acordo com o senador, levantamentos de desvios de recursos na Secretaria de Saúde do estado apontam cifras acima de R\$ 30 milhões.

Conforme ressaltou, o governador José de Anchieta Júnior (PSDB) não adota as medidas necessárias para acabar com o problema, que afeta também a educação e as obras de infraestrutura, como a construção de estradas.

– A presidente Dilma pode fazer de Roraima um exemplo de como limpar a corrupção. Se for feita uma varredura, teremos um estado saneado em pouco tempo. Mas se esperarmos pelo governador, isso não vai ocorrer.

Para Mozarildo, as recentes denúncias de corrupção em diversos ministérios mostram que o uso privado da máquina pública é uma prática que não tem sido combatida nos últimos anos e, destacou, "quando não há combate, a corrupção se sofisticada e se alastra".

Para Crivella, aliados devem ficar unidos

Ao apontar o risco de que a situação econômica mundial – na qual Estados Unidos e Europa se mostram debilitados – possa afetar o Brasil, Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou ser necessário evitar uma crise política interna que poderia ter consequências sobre os rumos da economia nacional. Para evitar tal crise, ele fez um apelo para que a base aliada do governo no Congresso fique unida.

– Assim como dizem que a reforma política é a mãe de todas as reformas, a crise política é a mãe de todas as crises – disse o senador na sexta-feira.

Para Crivella, os recentes acontecimentos nos EUA servem de alerta. Após uma disputa no Congresso quanto aos limites de endividamento do governo, uma agência de classificação de risco rebaixou a nota do país, causando drástica queda nas bolsas de valores, não só norte-americana, mas também de vários outros países, incluindo o Brasil.

– Se faltar responsabilidade [à base aliada], poderemos mergulhar nossa gente em uma crise que ela não merece viver, e que terá sido iniciada nas nossas mais mesquinhas ambições, no nosso mais inescusável oportunismo.

"Dilma pode construir base sólida de apoio"

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou na sexta-feira que a crise política causada pelo combate à corrupção em alguns ministérios pode representar uma oportunidade para Dilma Rousseff. Segundo ele, a presidente está diante da possibilidade de transformar "uma aglutinação por interesses" em uma base política sólida, "assentada em ideias e projetos para o país".

O senador disse que a base de sustentação do governo no Congresso não se formou em torno de bandeiras defendidas pela chefe do Executivo, mas de "interesses negados ou concedidos".

– O governo não trouxe [ao Congresso] uma proposta para revolucionar a educação, a saúde, as cidades e o modelo de desenvolvimento. A falta dessas bandeiras impede a composição de uma base capaz de dar sustentação sólida – acrescentou.

Hoje, diz Cristovam, a presidente está diante da possibilidade de ruptura dessa aglutinação, não por erros, mas por acertos, como "a faxina que o Brasil inteiro deseja".



Cristovam Buarque

Reunidos pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, debatedores apontam que mudanças previstas no projeto provocarão êxodo rural; ao mesmo tempo, salientam que o texto prevê formas de recuperação florestal

Discussão sobre Código Florestal continua longe de obter consenso

A DISCUSSÃO DO novo Código Florestal (PLC 30/11) voltou a provocar polêmica no ciclo de debates promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), realizado na sexta-feira. Para dois engenheiros agrônomos, a discussão não pode ser focada unicamente na vertente ambiental, mas também deve levar em conta o custo social de manutenção dos trabalhadores rurais no campo e da responsabilidade do país na produção mundial de alimentos. Já os debatedores Agostinho Senem e Helton Damini da Silva apresentaram experiências bem-sucedidas de recuperação florestal.

Na opinião do engenheiro agrônomo Eliseu Alves, assessor do presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o debate deve também tratar da população rural, que, em situação de miséria, com empregos perdidos ou dificultados pela série de exigências que o novo texto legal pode vir a criar, vão migrar para as cidades. Alves estima que quase 10 milhões de trabalhadores estão prontos para deixar o campo em todo o Brasil, especialmente no Nordeste.

– Estamos criando ônus na geração presente para benefício de uma geração futura. E esse ônus pode levar uma parte desse pessoal a concluir que é me-



Presidente da CRA, Acir Gurgacz (C) coordena debate com Agostinho Senem, Silvio Krinski, Eliseu Alves e Helton Damini

lhor vir para a cidade. Já estão chegando, 87% da população vivem nas cidades.

Silvio Krinski, coordenador de Meio Ambiente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), avaliou que o texto do novo Código Florestal desestimula a produção rural. Se permanecer sem ajustes, a segurança alimentar estará em risco, fatalmente haverá desemprego e as pessoas deixarão as lavouras rumo aos centros urbanos. Ele ressaltou que o Brasil tem 56% de seu território ainda com cobertura florestal, índice mais elevado que a média mundial (30%) e que o dos Estados Uni-

dos (33%) e da China (22%), por exemplo. No entanto, o país tem a menor porção de exploração de território para a produção de alimento (31%), e dos 270 milhões de hectares usados para esse fim, 58 milhões são para a agricultura e 211 milhões para a pecuária.

Silvio exibiu vídeo para assinalar que o novo código não assegura igualdade de tratamento a todos os agricultores quanto à preservação das reservas ambientais, pois um pequeno produtor que possui uma propriedade de pouco mais de 73 hectares no Paraná, portanto acima de quatro mó-

dulos fiscais, como determina o texto em discussão no Senado, terá que destinar 20% de seu território para a reserva legal, o que reduz bastante a área agricultável e compromete a viabilidade e a sobrevivência da atividade. Quem está dentro dos limites dos quatro módulos (72 hectares) não precisa reduzir tanto a área de plantio.

– Nossa proposta é que as propriedades com mais de quatro módulos fiscais, quando forem fazer a recomposição da sua reserva legal, possam fazer somente do que exceder a esses quatro módulos – disse o representante da Ocepar.

Agricultores catarinenses mostram que cultivar e preservar é possível

Agostinho Senem, secretário executivo da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (SC), trouxe o exemplo bem-sucedido de trabalho de preservação de sua região, com a recuperação da mata nativa nas propriedades – acima até do limite proposto no projeto de lei – e com corredores ecológicos para interligá-las a fim de manter a biodiversidade.

Ele mostrou como é feito o trabalho de georreferenciamento, com apoio do Ministério do Meio Ambiente, e até a homolo-

gação, nos registros de imóveis, com o auxílio da internet.

– Não cuidar do meio ambiente traz prejuízos – disse, ao citar a enchente no último dia 10 que afetou Agrônoma, área arroseira de Santa Catarina.

Também participou da audiência Helton Damini da Silva, chefe-geral da Embrapa Florestas, que colocou à disposição dos produtores a tecnologia da empresa para a reparação da cobertura florestal.

Em sua opinião, a reserva legal a ser recuperada deve

considerar as áreas frágeis, para permitir recargas hidrológicas e a proteção de solo – evitando-se assim os deslizamentos de terras, por exemplo – e para garantir a biodiversidade e os fluxos genéticos.

Sobre o Programa de Recuperação Ambiental, que também está previsto no projeto em tramitação, Helton disse que os produtores rurais devem ter tempo para efetuar a recuperação. Salientou ainda ser importante que eles contem com amplo programa de pesquisa,

desenvolvimento e transferência de tecnologia, com treinamento de multiplicadores – para auxiliá-los tecnicamente – e dos próprios produtores rurais.

– O plantio de árvores exige cuidado, como qualquer produto agrícola, e, se não for bem feito, evidentemente não teremos resultado, e tanto pelo lado comercial quanto pelo ambiental estaríamos prejudicados – disse.

A audiência pública contou com a participação de internautas e as questões foram respondidas ao vivo.

Santiago propõe incentivo para uso de energia limpa

Wilson Santiago (PMDB-PB) informou, na sexta-feira, que apresentou projeto estabelecendo redução do Imposto de Renda aos proprietários de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia limpa, como a solar e a eólica.

Para o parlamentar, a proposta (PLS 449/11) vai ao encontro da crescente preocupação mundial com o meio ambiente.

– Trata-se de incentivar a aplicação dessas tecnologias de modo sistemático, de maneira a estabelecer um novo padrão cultural e, quem sabe, um novo padrão das normas municipais que afetam a construção de imóveis – explicou, acrescentando que o Brasil não pode ficar refém da fonte hidráulica, responsável pela maior parte da energia produzida no país.

É incompreensível, na opinião do senador, que um país tropical como o Brasil, com forte incidência solar e enorme potencial para produção de energia eólica, “não empreenda esforços no sentido de aproveitar essa energia e fique refém da fonte hidráulica”.

O incentivo à utilização de tecnologia para obtenção de energia limpa, além de aumentar a demanda por esse tipo de tecnologia, também estimulará a intensificação da pesquisa em busca de menores custos na produção, disse.

Wilson Santiago também fez um apelo ao governo por investimentos na recuperação de escolas de municípios paraibanos afetados pelo excesso de chuvas.



Senador acha incompreensível país continuar refém das hidrelétricas

Senadores comemoram centenário de emancipação de Juazeiro do Norte

O centenário de emancipação do município de Juazeiro do Norte (CE) será comemorado no Senado amanhã, às 14h. Requerimento solicitando o evento é de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Localizado na região metropolitana do Cariri, ao sul do Ceará, Juazeiro do Norte tem cerca de 250 mil habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do estado. De acordo com Inácio Arruda, o nome da cidade se deve à alusão que se fez à denominação de uma árvore típica do Nordeste (cujo nome científico é *Zizyphus joazeiro*), palavra de origem híbrida tupi e portuguesa: “juá” (fruto do

espinho) e o sufixo “eiro”.

O município foi emancipado em 22 de julho de 1911 e ganhou notoriedade graças ao desenvolvimento do comércio e da indústria de calçados. Além da produção de calçados, Juazeiro tem artesanato em couro e ferro, cordéis e xilogravuras.

Outro atrativo é a religiosidade, que atrai milhões de romeiros todos os anos em torno da figura de Padre Cícero, primeiro prefeito da cidade.

“As romarias fortalecem o comércio local e fomentam o turismo religioso em torno da figura do ‘Padim Cícero’, cuja santidade é indiscutível para os devotos”, afirmou o senador.



A cidade atrai milhões de romeiros todos os anos devido às homenagens ao Padre Cícero